

Uma casa que virou CRE

A casa que abrigou o Centro de Referência em Educação Mario Covas tem seu próprio valor histórico. Construída provavelmente no final do século XIX, ela acompanhou a transformação de São Paulo, que passou de uma pequena cidade provinciana a um importante polo econômico e cultural do país. A história do espaço foi levantada por pesquisadores da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), cujo esforço resultou na publicação desse volume, intitulado "Uma Casa que virou CRE". Trata-se de um estudo que conta a história da casa, tendo como pano de fundo o processo de urbanização do centro da cidade de São Paulo, principalmente em relação ao bairro dos Campos Elíseos. O material está dividido em cinco partes, a saber:

1. O desabrochar de uma cidade: a segunda fundação de São Paulo

História da urbanização da cidade de São Paulo: de vila pobre a metrópole nacional, refletindo as transformações e os impactos provocados pelo enriquecimento da cultura do café no Estado.

2. Campos Elíseos: surge um bairro novo

O bairro dos Campos Elíseos foi o primeiro loteamento planejado da cidade de São Paulo. Este capítulo narra o movimento de expansão habitacional do centro da cidade em direção aos sítios e chácaras mais afastadas.

3. Ecletismo arquitetônico: as transformações da cidade e as novas formas de morar

A chegada do Ecletismo na arquitetura paulistana, um estilo que aceita as diversas influências oriundas sobretudo da Europa. Com a consolidação da elite cafeeira, as residências paulistanas sofrem uma revolução quanto ao estilo arquitetônico e ao modo de se construir uma casa.

4. Os Palacetes Paulistanos e a Casa que virou CRE

O conceito de Palacete, residência luxuosa que reproduz o estilo de vida francesa. A origem do Casarão do CRE, reforma e restauração. Concebido como casa de família, o casarão já abrigou a Secretaria do Bem-Estar Social, o Conselho Estadual de Educação, uma delegacia de ensino (DRECAP 2) e uma creche.

5. Galeria: Palacetes mais significativos dos Campos Elíseos

6. Bibliografia

1. O desabrochar de uma cidade - a segunda fundação de São Paulo

A cidade de São Paulo hoje, metrópole cosmopolita, tem suas origens aproximadas na metade do século XIX, mais decididamente após a expansão da lavoura cafeeira para o oeste paulista e a construção das estradas de ferro ligando os cafezais ao porto de Santos e tornando a cidade entroncamento obrigatório, centro político-econômico do Estado. Historicamente, a expansão da cidade se acelerou após a Guerra do Paraguai, a Convenção de Itu, que levou à fundação do Partido Republicano e o crescimento da imigração. No âmbito regional a data muito citada é 1872 quando do início da administração de João Theodoro Xavier de Mattos como Presidente da Província de São Paulo (1872-1875).

Em 1830, já no final do Reinado de D. Pedro I, São Paulo, apesar de capital de província e distinguida desde 1823 com o título de Imperial Cidade, não passava de uma povoação pobre. Nem a sua região nem a sua província podiam lhe dar elementos de prosperidade e de destaque dentro dos quadros da economia brasileira da época. O comércio de exportação da província, alimentado somente pelo açúcar produzido no interior, apenas atravessava a cidade, movimentado pelas tropas de bestas que passavam para o porto de Santos¹. Mesmo durante todo o período colonial, São Paulo fora, no arquipélago das regiões culturais brasileiras, das ilhas mais pobres e isoladas. Para que se tenha uma ideia do isolamento e do parco crescimento da cidade bastaria lembrarmos que quando da Independência, a cidade só tinha 25 mil habitantes, ou mesmo que de 1554, quando de sua fundação, até 1872 a cidade passou apenas de 100 habitantes para 31,4 mil².

A cidade continuou caipiríssima mesmo depois da Independência, apesar da presença alegre e instigante dos acadêmicos de direito vindos de todas as partes do país. Nem a discreta abundância advinda do açúcar ituano e da feira de muares sorocabana, conseguia alterar os hábitos e costumes singelos da sociedade; singelos e conservadores, plenos de fetiches, de tabus, de persistências e fixações culturais. Era um burgo de estudantes³. Sobretudo até meados do século XIX São Paulo não se distanciou por isso quase nada de sua fisionomia colonial, e nem de longe acompanhou a Corte no desenvolvimento urbano que se seguiu no Rio de Janeiro à fixação da família real portuguesa, ou algumas cidades do litoral do nordeste, desde os primeiros séculos beneficiadas – quando São Paulo era ainda um arraial quase perdido na boca do sertão – pela opulência das regiões em que a cana de açúcar se difundira⁴. O isolamento da cidade era tal que durante todo o período colonial a atividade predominante dos jovens paulistanos era abandonar a cidade tentando a sorte nos sertões, seja para capturar índios e revendê-los como escravos aos fazendeiros do litoral, seja procurando pedras preciosas; internamente a

¹ BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. v.2 – Burgo de Estudantes (1828-1872). 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991. p. 441.

² EMPLASA. *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*. v.1. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001, p. 50.

³ LEMOS, Carlos. Eclétismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel, EdUSP, 1987, p. 71.

⁴ BRUNO, Ernani Silva. op. cit. pg. 442.

cidade se mantinha com plantações de mandioca e criação de porcos, sendo basicamente constituída de mulheres e crianças, em sua maciça maioria mestiças de índios e brancos⁵.

A industrialização na Europa e nos Estados Unidos e em especial a revolução científico-tecnológica ao redor de 1870, transformando o mercado de produtos primários, geraram uma demanda crescente por estimulantes de origem tropical, o que favoreceu o abrupto crescimento de um produto até então quase obscuro e escassamente conhecido, o café, que de repente foi alçado a gênero indispensável às condições da vida moderna, elevado a ícone de fundamental importância no cotidiano da sociedade burguesa que se impunha ao mundo. Dessa forma a rápida expansão do consumo passou a proporcionar lucros elevados aos produtores que logo se deram das condições favoráveis ao plantio do café no Vale do Paraíba, no corredor geográfico que liga a capital paulista ao Rio de Janeiro. Quando o café atingiu a região do oeste paulista a expansão dos cafezais foi enorme, as colheitas chegaram a decuplicar, o Estado de São Paulo passou a produzir 70% de todo o café colhido no mundo. Desta forma, São Paulo transformou-se de vilarejo insignificante quando D. Pedro II assumiu o trono, em uma cidade em vertiginoso ritmo de metropolização em poucas décadas. Ao se tornar entroncamento ferroviário obrigatório, a cidade passou a atrair a maior parte da riqueza gerada pelo café, passando então a ser procurada por imigrantes de todo o Brasil e do mundo. Os vultosos recursos acumulados pelos negócios relacionados ao café foram se desdobrando rapidamente em variados outros investimentos comerciais, industriais e financeiros⁶.

Mas a repercussão profunda não se fazia sentir de forma visível sobre a cidade de São Paulo até aproximadamente 1870. Se não era mais um vilarejo colonial, era pouco mais que um burgo de estudantes. A capital era pobre em recursos próprios, faltava à cidade até abastecimento regular de água potável; no conjunto estadual a cidade tinha o mesmo porte que Santos e Campinas e no plano nacional estava em situação inferior não apenas ao Rio de Janeiro, mas também a Salvador, Recife, Belém do Pará, Fortaleza, Niterói, Porto Alegre e Cuiabá.

A Academia de Direito era a principal responsável na diferenciação possível entre a São Paulo colonial e a dos primeiros setenta anos do século XIX. Foram os estudantes de direito que vinham de fora que criaram as condições para que se inserissem na existência paulistana alterações em seus costumes tradicionais, com o aparecimento de teatros, cafés e atividades intelectuais. O burgo paulistano se enriqueceu com a presença dos estudantes, com as casas em que eles estabeleceram as suas repúblicas, com o movimento que passaram a dar a ruas e largos da cidade que começava lentamente a se transformar⁷. Estes estudantes de fora foram os precursores dos barões

⁵ SEVCENKO, Nicolau. Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada. ed. Petrópolis, São Paulo, 2000. pg. 76.

⁶ SEVCENKO, Nicolau, op. cit. pgs. 77e 78.

⁷ BRUNO, Ernani Silva. op. cit. pgs. 455 a 461.

do café que anos depois iriam deixar suas fazendas do interior como local de residência para se fixarem na capital e mesmo dos imigrantes, que no final do século XIX transformaram totalmente esta cidade⁸.

Mas foi no período de 1872 até 1920 que a cidade se transformaria de burgo de estudantes a centro político-econômico do Estado e capital econômica do Brasil – dos seus aproximadamente 30 mil habitantes em 1872 São Paulo em 1920 passava a marca de meio milhão de habitantes. Para que se tenha uma ideia do quanto foi espetacular o salto de crescimento, o vale do Anhangabaú por volta de 1850, ocupado apenas por algumas chácaras e hortas, era durante o dia percorrido por escravos carregando água, tropeiros, gente de passagem por ali. O centro da cidade compunha-se de meia dúzia de ruas tortas, edifícios públicos acanhados, uma humilde catedral, alguns mosteiros. De fato, a partir de 1872 com a expansão da lavoura do café, a criação de ferrovias e a instalação maior do trabalho livre a cidade passou por um processo tal de transformação que ficou conhecido como a “Segunda Fundação de São Paulo”.

A multiplicação das estradas de ferro foi de fundamental importância para a grande aceleração no seu ritmo de crescimento. Em 1867, inaugurou-se a *São Paulo Railway Company*; em 1873, a Companhia Ituana; em 1875, a Companhia Sorocabana e a Companhia Mogiana; e em 1877, a Companhia do Norte, ligando São Paulo à capital federal. A cidade começava a perder seu estado acanhado e a espalhar-se pelos arredores. Demonstrativo de seu acanhamento, a cidade ainda era cercada por chácaras ao seu redor. A partir do último quartel do século XIX, porém, começaram a se realizar os loteamentos dos belos sítios e vastas chácaras das redondezas do antigo centro urbano que, estruturando-se desde o Pátio do Colégio, correspondia às freguesias da Sé, de Santa Ifigênia, de Bom Jesus do Brás e da Senhora da Consolação. A Chácara das Palmeiras transforma-se no bairro de Santa Cecília, a do Carvalho na Barra Funda, e no Bom Retiro, a do Campo Redondo nos Campos Elíseos, a do Bexiga na Bela Vista, e assim por diante⁹.

Na esteira desse processo de expansão urbana, o governo de João Teodoro Xavier, considerado o segundo fundador de São Paulo pelos melhoramentos e mudanças que imprimiu à cidade, foi um marco fundamental. Seu governo constituiu um grande avanço. Organizou o sistema de iluminação a gás, tanto pública quanto residencial. A partir de 1872, começaram a funcionar setecentos lampiões de gás nas ruas de São Paulo e em 1880 tiveram início os suprimentos domiciliares para iluminação dos interiores, instalados pela *San Paulo Gas Company Ltd.*. Eliminaram o mau cheiro exalado pela combustão dos produtos caseiros como a banha, o óleo de mamona, além do querosene, dispensando o uso e a produção caseira de velas e candeieiros. No mesmo

⁸ Em seu trabalho (especificado a seguir) Heloisa de Faria Cruz realçou a importância da Academia de Direito do Largo São Francisco como marco fundante da cultura letrada paulistana. CRUZ, Heloisa de Faria. São em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915. EDUC, FAPESP, Arquivo do Estado, IMESP. São Paulo, 2000. pg. 50 e seguintes.

⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. op. cit. pg. 60

ano formou-se a Companhia Cantareira de Águas e de Esgotos que nas décadas seguintes iria cuidar do abastecimento da cidade.

Organizou também o sistema de transporte coletivo a tração animal. Ao instalar-se na Luz, a ferrovia constituiu o novo polo de atração, depois da Sé. Em função de suas ligações com esta última é que se inaugurou o primeiro serviço de transporte de carros e de tálburis de aluguel, no Largo da Sé. Foi ainda em 1872 que apareceram as primeiras linhas de bondes a tração animal que iam da rua do Carmo à Estação da Luz e, em 1877, à Estação do Norte. Em 1886, inaugurou-se o trem a vapor para Santo Amaro, partindo da Liberdade, enquanto os bondes a tração animal serviam os bairros mais antigos como Santa Ifigênia, Santa Cecília, Consolação e Mooca. Seis anos depois, chegavam ao Ipiranga, ao Bom Retiro, à Bela Vista e à Avenida Paulista. Ainda foram muito importantes as melhorias relativas à circulação interbairros, às obras pioneiras de saneamento básico e ao embelezamento da cidade. João Teodoro ligou o Bairro da Luz ao Pari, o da Mooca à Liberdade e a Consolação ao Arouche. Retificou o primeiro trecho do rio Tamanduateí, o aterro do Gasômetro e o abastecimento de água na Freguesia do Brás. Reformou o Campo dos Curros (atual Praça da República) e o Jardim da Luz. João Teodoro criou condições para o melhor desempenho das atividades econômicas vinculadas à cafeicultura, possibilitando a ampliação do papel anterior da cidade como núcleo de um sistema comercial e administrativo.

Devido às necessidades inerentes à comercialização do café e às empresas subsidiárias, os fazendeiros obrigaram-se a uma convivência urbana. Esta premência econômica fez com que muitas famílias ricas, dispersas pelo interior, mudassem para São Paulo. Na dependência do transporte ferroviário, os recém-chegados moravam, de preferência, nas vias que conduziam à Estação da Luz e nos Campos Elíseos. As famílias ricas mais antigas, de origem paulistana ou que já haviam se mudado para cá há mais tempo, mantiveram-se, até o término do Império, nos sobrados ou velhas chácaras. Estes novos ricos do café instalaram-se em palacetes afastados das ruas e mobiliados e decorados de acordo com o gosto suntuoso do Segundo Império Francês, diferindo-se da velha aristocracia bandeirante instalada nos sobrados de taipa do Império que se despedia.

Essa expansão urbana gerada pela acumulação de renda advinda do café provocou o surgimento de novos bairros. Se as fábricas que se instalavam levaram ao surgimento de bairros operários, no que merece destaque o Brás, apareceram também os bairros elegantes pioneiros e, com eles, os palacetes que abordaremos mais à frente. Nesse sentido reocuparam-se duas velhas saídas da cidade: as ruas Alegre (depois rua Brigadeiro Tobias) e a da Constituição (atual Florêncio de Abreu), surgindo o bairro de Santa Ifigênia, o do Chá e o dos Campos Elíseos. Na década de 1860 apareceu o primeiro traçado ortogonal em São Paulo, constituído pelas ruas Ipiranga, Vitória e Aurora, que chegavam apenas até a Alameda dos Bambus (atual avenida Rio Branco). Poucos anos depois, ocupou-se a segunda parte desse bairro, entre a alameda dos Bambus e a Estação da Luz. Do lado esquerdo da rua São João, surgiu o traçado do bairro do Chá, correspondente à extensão ocupada pela antiga chácara do mesmo nome. Surgia uma

“nova cidade”, cujo eixo principal era a rua Barão de Itapetininga, do outro lado do Vale do Anhangabaú. A Liberdade desenvolveu-se no rumo sul, espontaneamente, a partir da rua São Joaquim, graças à instalação do trem, em 1885, ligando a cidade a Santo Amaro.

Os Campos Elíseos, situados entre Santa Ifigênia e os trilhos das estradas de ferro nasceram dos loteamentos de duas chácaras, loteamento efetuado no período de 1880 a 1890. A iniciativa partiu dos comerciantes alemães Frederico Glette e Victor Nothmann, e o levantamento esteve a cargo do arquiteto alemão von Puttkamer. Em 1885, Elias Pacheco e Chaves loteou o seu haras, completando o lado ímpar da antiga alameda dos Bambus, atual avenida Rio Branco.

Paralelamente a isso começaram a chegar os imigrantes; se inicialmente em pequeno número, depois da República foram milhares. Encaminhados primeiramente às fazendas de café para substituírem o braço escravo, muitos vieram depois para São Paulo, se transformando em operários das nascentes fábricas que se alastravam pela cidade, bem como muitos também se transformaram em donos de fábricas e empreendedores, como os conhecidos Francisco Matarazzo e Alexandre Siciliano. A partir de 1890 houve uma profunda alteração demográfica nos contingentes imigratórios, permitindo uma expansão gigantesca da população da capital, que quadruplicou durante a década de 1890¹⁰.

Nestas duas décadas finais do Império é que começaram a se instalar diversas fábricas de sabão, fósforo, refinarias de açúcar e outras indústrias voltadas para a produção de licores, chá, cerveja, chocolate, macarrão, vinagre, além de cigarros e charutos. Até 1889, a quantidade de açougues aumentou de 10 para 34 e a de casas de secos e molhados de 84 para 297; as 6 padarias então existentes passaram a 40; o número de cafés cresceu de 1 para 26. Instalaram-se torrefações de café e moinhos de fubá, arroz e trigo. A Casa Garraux e a Casa Worms vendiam móveis e objetos de arte importados. Mais numerosas foram as lojas de moda francesas. Em 1884 a instalação do telefone veio impulsionar ainda mais o crescimento comercial. Entre 1872 e 1884 foram inaugurados de 6 a 33 hotéis, e os primeiros hotéis de luxo, o Hotel de França e o Grand Hotel, pertencentes a alemães; teatros como o Mineiro, o ginásio Paulistano e o São José; alguns cafés como o Java; restaurantes como o da Sereia Paulista e sociedades recreativas. Em 1876 fundou-se o Jockey Club, na Mooca¹¹.

Já na República, foi na administração do seu primeiro prefeito – Antônio da Silva Prado, até então a cidade era administrada por intendentes –, que a cidade vai deslanchar em termos de reurbanização. Antônio Prado, ex-conselheiro do Império, fazendeiro, industrial e influente paulista, permaneceu no cargo até 1911, ano em que foi

¹⁰ MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras in História da vida Privada no Brasil. v.3 Companhia das Letras, 1998 pg. 172.

¹¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. Martins Fontes, São Paulo, 1996. pgs. 63 a 110.

inaugurado o Teatro Municipal. A cidade cresceu, tornou-se mais “bonita”, aterraram-se várzeas, vários bairros novos foram criados através de loteamentos, construíram novas pontes, brigadas de saneamentos, chefiadas por Vital Brazil e Saturnino de Britto, iniciaram a desinfecção de focos palustres e residências. Na virada do século a cidade era um verdadeiro canteiro de obras. Em 1900, com cerca de 240 mil habitantes, a capital tinha 21 mil prédios; em 1910, cerca de 375 mil habitantes e 32 mil edifícios. Ruas, praças e becos eram remodelados ou desapareciam, numa cruzada em nome da civilização. A avenida Angélica foi aberta; ruas e avenidas são arborizadas à maneira inglesa; o Jardim da Luz e a praça da República são remodelados; o centro da cidade – o Triângulo – ganha ares europeus. No largo do Rosário, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi demolida em 1904 e transferida para o Paissandu – era melhor manter bem longe qualquer referência à escravidão. Não havia um planejamento urbano definido, mas o prefeito, imbuído em transformar a cidade numa *urbis* com aspecto europeu, deixava entrever, na cidade em obras, o que pretendia: veredas maravilhosas para moradia dos abastados (Higienópolis, Campos Elíseos, Paulista e arredores); o centro e arredores para o comércio, negócios e lazer, e os bairros populares para os operários, junto às fábricas¹².

A avenida Paulista, inaugurada em 1891, fazia concorrência com os bairros chiques dos Campos Elísios e Higienópolis; o conjunto de edifícios construído por Ramos de Azevedo entre 1891 e 1896 no largo do Palácio, para abrigar as secretarias de Estado, traz a imagem de solidez, abundância e modernidade que o governo dos cafeicultores pretendia imprimir, assim como a Escola Normal na praça da República e o viaduto do Chá. Em 1894 a ciência e a racionalidade pedem passagem com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Escola Politécnica, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e, um ano depois, o Museu Paulista. Ainda fechando o século, o Instituto Butantã e a Escola Livre de Farmácia, ambos de 1899¹³.

Na região central, a burguesia do café não deixava por menos. O coração da cidade, o Triângulo, pulsava orgulhoso: era pelas ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro, que circulavam políticos, jornalistas, artistas, mulheres bonitas, homens de negócios, estrangeiros. Lá estavam bancos, redações de jornais, comércio fino e variado, hotéis e restaurantes, teatros, confeitarias, charutarias, bilhares¹⁴. Lá era onde crescia a euforia do século XX que se anunciava, a festa do quarto centenário do descobrimento do Brasil era preparada com requintes em todas as partes. A jovem República tinha uma tarefa difícil a desempenhar: sobrepor a representação do Império e divulgar uma imagem de civilização. Em meio a uma verdadeira batalha simbólica, quando se mudaram nomes de ruas e de estabelecimentos que lembravam a extinta monarquia, em que se impuseram novas imagens para representar a nação – figuras de mulheres francesas substituíam os índios tropicais, Tiradentes entrava no lugar de marcos imperiais –, a

¹² COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. Companhia das Letras, São Paulo, 2000. pg. 34

¹³ COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit. pg. 32 e 33

¹⁴ COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit. pg. 72

República, representando a modernidade que se instalava no país, preparava-se para redesenhar a nação.

Ainda encerrando o século XIX, em 1897, o Governo outorgou a Francisco Gualco e Antonio de Souza a concessão para organizar, construir e usar linhas de bonde por tração elétrica para diversos pontos da cidade, mas por falta de capital esses não puderam executar o projeto. Gualco foi então para o Canadá onde encontrou homens dispostos a levar a cabo esse empreendimento no Brasil. Assim, Alexander Mackenzie e seus sócios fundaram a firma *The São Paulo Railway, Light and Power Co.*, que no dia 7 de maio de 1900 inaugurou a primeira linha de bonde elétrico, com destino ao bairro da Barra Funda. A vida da Light se entrelaçou com a história de São Paulo. A luz – a Light também foi responsável pela iluminação pública da cidade por energia elétrica – e os bondes elétricos pareciam ser o aceno de boas-vindas ao novo milênio. Aos poucos os burros e os lampiões a gás foram ficando para trás.

Em 1901 a cidade ganhou o que parecia ser o símbolo da sua modernidade no início do novo século: a Estação da Luz, imponente, com seu restaurante elegante, construída com material importado da Inglaterra. Ali, nó central dos entroncamentos ferroviários, confluía, num vaivém sem fim, tudo o que fazia de São Paulo a promissora cidade do futuro. O café e outras mercadorias para exportação e os produtos importados para o consumo local eram carregados e descarregados em armazéns próximos à estação. Dali também saía a linha Luz - Brás, com destino à Estação do Norte, no Brás, e de onde partiam os trens para o Rio de Janeiro. De lá para cá, daqui para lá – barões do café, comerciantes, agentes, capitalistas, fabricantes, famílias, viajantes, o correio, as encomendas. Nos vagões da segunda classe chegavam as pessoas que deixariam sua marca na cidade nas primeiras décadas da República: os imigrantes que vinham trabalhar nas plantações de café e nas fábricas operárias¹⁵.

No ambiente urbano, as experiências vividas e pensadas por esses diferentes grupos sociais manifestavam-se nos processos de construção dos novos modos urbanos de vida. Na última década do século XIX, ao lado dos grupos tradicionais paulistanos, “os herdeiros dos bandeirantes”, e de levas flutuantes dos estudantes da Academia do Largo de São Francisco, estrangeiros trazidos pela corrente imigratória já compunham 55% da população da cidade, ladeando com uma população estimada de 11% de negros e mulatos e de percentual indefinido de migrantes vindos de várias regiões do Estado e até do país, que ganhavam a identidade de caipiras.

Instituindo espaços novos de convivência, ruas movimentadas, fábricas, oficinas, lojas, associações recreativas, culturais e políticas, cafés, teatros, cinematógrafos, escolas, etc., as experiências sociais desses sujeitos confrontam-se no desenho da nova cidade. A cultura letrada é valorizada, as artes gráficas desenvolvem-se rapidamente – cresce consideravelmente o número de tipografias na cidade. É significativo nesse momento à expansão dos estabelecimentos de ensino particular, religiosos e leigos e de instrução

¹⁵ COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit. pg. 35

pública, de paralelo com o processo de letramento da população. A elite paulista, insatisfeitas com a educação dos preceptores domésticos, mobiliza-se na discussão e organização de um sistema particular de ensino que respondesse às suas necessidades e aspirações. No período, ordens religiosas como as irmãs São José, os beneditinos, os maristas, fundam prestigiosas escolas: o Externato São José, o Ginásio do Carmo e o aristocrático Ginásio São Bento. Grupos leigos e protestantes, principalmente de representantes das colônias estrangeiras na cidade, fundam importantes colégios, como o Moretz-Sohn, a Escola Alemã e a Escola Americana, que dá início à organização do Colégio Mackenzie. Com a República, a instrução pública é assumida como bandeira do progresso pelas classes dirigentes paulistas, que buscam renovar o sistema público de ensino através da Escola Normal e dos grupos escolares – a Escola Normal da Praça da República é fundada e dissemina-se a instrução pública através dos grupos.

Novidades tecnológicas também agitavam a cidade. A fotografia ganhava seu espaço. Tirar retrato transformava-se em algo já quase comum e talentosos fotógrafos como Militão, Gaensly e Valério Vieira contribuíam registrando as mudanças por que passava a cidade. A chegada dos automóveis deu o toque de modernidade que faltava às ruas da cidade. Em São Paulo, já em 1893, uma multidão aglomerada viu pasmada na rua Direita, em meio a estouros e estampidos, um carro aberto com quadro rodas de borracha maciça – era um Daimler, estranha máquina a vapor, com fornalha, caldeira e chaminé, com Henrique Santos Dumont, irmão do aviador, na direção. Em 1903, os automóveis têm inspeção obrigatória feita pela prefeitura, que lhes concede uma placa com número de matrícula, que devia ser fixada na parte posterior do carro, e a tão cobiçada placa P-1 vai para Francisco Matarazzo. Com a velocidade máxima decretada em 30 quilômetros por hora, em 1904 criou-se o exame para motorista, e a primeira carta de habilitação foi para Menotti Falchi, dono da fábrica de chocolates Falchi. Surgem os motoristas profissionais e os “carros de praça”, oficinas aparecem pela cidade. Logo em 1908 foi criado o Automóvel Clube de São Paulo, que no mesmo ano organiza a primeira corrida automobilística do Brasil no Parque Antártica – em 1925 a cidade já tinha 13 mil veículos¹⁶.

São Paulo, porém, não tinha ouvidos afinados só para motores. Concertos sinfônicos e de câmara agitavam os clubes de música. Ainda fundamental para a difusão da música, foi a chegada do gramofone, inventado por Thomas Edison em fins dos anos 1870 e aprimorado por Graham Bell com o nome de grafophone. Em 1892 a Casa Levy já anunciava a chegada das caixas de música que executavam milhares de melodias num equipamento só.

Era a cidade de São Paulo passando por um enorme processo de transfiguração urbana. Uma série de grandes prédios públicos foi edificada como marcos cívicos de referência, dentre eles o Museu Histórico do Ipiranga, de arquitetura neoclássica francesa, a Estação da Luz, importada quase inteira da Inglaterra, e o imponente Teatro Municipal,

¹⁶ EMPLASA, op. cit. pg. 53

de inspiração neorrenascentista italiana. Os objetivos de Antônio Prado eram ambiciosos e, à parte a modernização, ele pretendia também disseminar um padrão de civilidade democrática pela população crescente da “nova” cidade¹⁷. Um extenso programa de retificações e alargamento das ruas centrais permitiu melhor definição dos espaços de circulação pública, garantindo fluidez viária e angulação aos novos edifícios erguidos. A área central, considerada não “civilizada”, também foi atingida por uma série de demolições. O prefeito seguinte, Barão de Duprat, prosseguiu no objetivo de modernizar e civilizar a cidade. Novas áreas de lazer da região central – o Parque do Anhangabaú e o D. Pedro II – contaram com o saneamento das várzeas. A partir de 1911 uma companhia recém-fundada, a Companhia City, iniciou a compra de enormes extensões de terras na cidade visando construir *gardens city*, as “cidades jardins”, bairros projetados a semelhança de bairros ingleses¹⁸.

Nas décadas seguintes foi enorme a expansão desses bairros-jardins, alimentada pela própria desestabilização dos bairros mais antigos, em que antes se concentravam as elites paulistas instaladas na capital. A partilha de heranças, as flutuações financeiras e o paulatino abandono dos modelos de família extensa, de muitos filhos e amplas parentelas, foram modificando as formas de sociabilidade que ergueram as residências elegantes da Belle Époque. As elites passaram a se concentrar nos isolados e caros bairros jardins enquanto os antigos bairros de elite, Luz, Campos Elíseos, Higienópolis, Consolação, Liberdade e posteriormente a região da própria avenida Paulista foram postergados a classe média ascendente. Em São Paulo, os edifícios de apartamentos foram ocupando muitos dos bairros que eram abandonados pelas elites, aproveitando os grandes lotes, a arborização das ruas ou o prestígio, empanado, dos antigos bairros elegantes. Já nas décadas de 40 a 60 a cidade acelerou seu crescimento com um espantoso boom econômico e uma grande quantidade de migrantes. A cidade se verticalizava pelo centro comercial e pelas moradias da classe média, enquanto os bairros populares mantinham-se nas regiões fabris e nos crescentes bairros periféricos e a elite se isolava atrás de redutos próprios. Os governantes voltaram a tentar organizar o crescimento da cidade através de uma série de planos, desde o famoso Plano de Avenidas do Prefeito Prestes Maia nos anos 30, preconizando a abertura da cidade em grandes artérias radiais, até os mais diversos e recentes “planos”¹⁹.

¹⁷ SEVCENKO, Nicolau, op. cit. pgs. 80 e 81

¹⁸ MARINS, Paulo César Garcez, op. cit. pg. 180 e 181.

¹⁹ MARINS, Paulo César Garcez, op. cit. pg. 186 a 189.

2. Campos Elíseos - surge um bairro novo

O Bairro dos Campos Elíseos, primeiro loteamento planejado da cidade de São Paulo, surgiu quando estavam sendo implantadas na vizinhança, as ferrovias da Estrada de Ferro Sorocabana e da *The São Paulo Railway Co.* Por meados do século XIX, o núcleo urbano de São Paulo, que até então pouco ultrapassava os limites do “triângulo” histórico, fora se ampliando em algumas direções, forçando o recuo das chácaras e dos matagais que dominavam até então certas zonas circunvizinhas. Logo a expansão urbana e o acréscimo da população impuseram o retalhamento das terras de algumas dessas chácaras para formação de ruas ou edificação de casas. Bairros que até o começo dos oitocentos se caracterizavam como áreas tomadas só pelos sítios e as casas de campo foram tomando feição mais urbana²⁰. Entretanto, é importante considerar que até 1870 a cidade ainda continuou cercada por grandes chácaras, tanto que há inúmeros relatos de que ainda por essa época, nas terras em volta da rua da Consolação, caçavam-se veados, perdizes e até escravos fugidos. Para nós muito interessante, há um relato de um Conselheiro do Império, sr. Albino José Barbosa de Oliveira, que morava em 1847 em uma chácara da alameda dos Bambus, como já dissemos a atual avenida Visconde do Rio Branco, onde está a casa que vira hoje CRE, que diz, em carta a seu pai: *“A casa onde moro é excelente e a chácara muito bem plantada de horta e jardim, árvores frutíferas, água dentro, etc., porém como está fora da cidade e as estradas não são calçadas, acontece que quando chove fica tudo intransitável. Não se vê um só vestígio de gente. Apenas ouço o cantar dos pássaros e o chiar das cigarras”*²¹.

Campos Elíseos era uma antiga região de chácaras, conhecida como Campo Redondo e constituída por várias chácaras, sendo mais tarde também denominado de Campos de Mauá, por abranger a chácara do Visconde de Mauá. Foi justamente esta Chácara Mauá (também é possível encontrar em livros e documentos a denominação de Chácara do Campo Redondo ou Chácara Charpe) que foi comprada e loteada, em 1878, por Frederico Glette e Victor Nothmann, os quais a dividiram em ruas largas, bem mais largas que a do triângulo central e com amplos lotes que deu início ao loteamento que transformou estas terras de chácaras no bairro dos Campos Elíseos.

Em relação ao Barão de Mauá, este havia adquirido do sr. Roberto Sharpe, em 1865, a Chácara Boa Vista, que passara então a ser chamada de Chácara Mauá. Em 1873, a sede da chácara ainda serviu de residência ao 8o Bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, sendo a seguir sede do Colégio Ipiranga²². O bairro ficava próximo para ir ao centro tradicional de São Paulo e também a Estação Ferroviária da Luz, havendo uma novidade: transporte coletivo. Foi um sucesso total: depois que Frederico Glette e Victor Nothmann adquiriram a chácara mandaram abrir ruas que se transformaram posteriormente nas ruas dos Protestantes, Triunfo, Andradas, Piracicaba, Helvetia, Glete, Nothmann e outras. Neste ponto é interessante apontar que

²⁰ BRUNO, Ernani Silva. op. cit. pgs. 555 e 556

²¹ BRUNO, Ernani Silva. op. cit. pgs. 571 e 572

²² INSTITUTO CULTURAL ITAU. Bairro dos Campos Elíseos. ICI, 1995. pgs. 24 e 25

o sucesso financeiro do empreendimento imobiliário foi de tal monta que foi logo seguido por outros donos de chácaras, sendo que logo foram loteadas, de forma até mais desordenada, as chácaras do Miguel Carlos e do Bom Retiro; para leste a da Figueira e do Ferrão; para sul a de D. Ana Machado, do Cônego Fidélis, da Glória, do Fagundes, do Barão de Limeira, do Menezes e do Lavapés; para oeste as do Senador Queiróz, de Martinho Prado e do Marechal Arouche de Toledo. Mais afastados, os sítios do Caaguaçu, onde seria aberta a Avenida Paulista, o Tapanhoim, o Ipiranga, a Casa Verde, a Freguesia do Ó, o Anastácio e a Freguesia da Penha. Era a “segunda fundação de São Paulo”, utilizando a expressão consagrada pelo professor Eurípedes Simões de Paula²³.

Do nome Campos Elíseos podemos inferir que sua origem esteja relacionada com a mitologia grega, segundo a qual era o lugar para onde iam os espíritos dos heróis e dos homens virtuosos após sua morte, ou diretamente com “Les Champs Elyseés”, de Paris. Já em relação a rua dos Bambus tinha esse nome por causa das bonitas touceiras de bambus que havia dentro de alguns dos quintas que a margeavam²⁴. Logo o bairro dos Campos Elíseos transformou-se em região habitada pela elite do café, que passa a construir seus palacetes residenciais. A rua Helvetia recebe prolongamento até o Bairro do Bom Retiro, atravessando em nível os trilhos das estradas de ferro, em 1884; em 1888, a alameda Nothmann também cruza as linhas das estradas de ferro em direção ao Bom Retiro. Em 1900, é construída a passagem de nível sob as linhas férreas, ligando a alameda Nothmann à rua Silva Pinto, no Bom Retiro, e é inaugurada a primeira linha de bonde elétrico da cidade de São Paulo, indo do largo São Bento à Barra Funda, passando pelos Campos Elíseos. Era o bairro que se estruturava. A antiga alameda dos Bambus já no começo do século XX – 1908 -, passara a chamar-se do Largo Paissandu até a Praça Isabel de Visconde do Rio Branco; daí até o final à margem do rio Tietê, era rua Barão do Rio Branco²⁵. Na gestão do prefeito Prestes Maia – 1938/45 –, ambas foram alargadas e receberam a denominação única de avenida Rio Branco²⁶.

A história do Bairro dos Campos Elíseos está ligada também às áreas educacional e administrativa. Em 1885, os padres salesianos assumiram a direção do Santuário Sagrado Coração de Jesus e iniciaram as obras de uma escola de artes e ofícios. Inaugurado em 1900, foi ampliado em 1909, passando a ocupar uma área de 17.000 m².

²³ TOLEDO, Benedito Lima. São Paulo: três cidades em um século. Duas Cidades, 2.ed., São Paulo, 1983. pgs. 67 e 68

²⁴ PORTO, Antônio Rodrigues. História da cidade de São Paulo através de suas ruas. Carthago Editorial, São Paulo, 1996. pg. 157

²⁵ Não nos custa lembrar que o Barão do Rio Branco, o célebre Barão do Rio Branco, estadista e diplomata da República, era filho do Visconde. O Visconde do Rio Branco foi José Maria da Silva Paranhos, que foi durante o Império deputado, ministro e presidente do Conselho; este primeiro famoso “Paranhos” ficou conhecido mesmo pela autoria da lei do “ventre livre”, que considerava livre o ventre da mulher escrava e, conseqüentemente, os filhos que tivesse da data da lei em diante. VITOR, Manoel. São Paulo de antigamente. s.e. São Paulo, 1976. pg. 37 e 38

²⁶ PORTO, Antônio Rodrigues. História da cidade de São Paulo através de suas ruas. Carthago Editorial, São Paulo, 1996. pg. 158

O Palacete Elias Chaves, posteriormente Palácio dos Campos Elíseos, é importante marco do bairro. Encomendada por Elias Pacheco e Chaves, a obra foi projeto do alemão Matheus Haussler, tendo sido iniciada em 1896 e concluída em 1899. A família Pacheco e Chaves lá residiu até 1911, quando o palacete, adquirido pelo Estado, tornou-se residência oficial dos governadores do Estado de São Paulo. Entre 1935 e 1965, foi também sede do governo do Estado, até sua transferência para o Palácio dos Bandeirantes. Em 1972 passou a sede da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo e atualmente é sede da Secretaria da Ciência, Tecnologia do Estado²⁷.

Como marcos do bairro é importante destacar também a atual Praça Princesa Isabel, localizada na confluência da avenida Duque de Caxias com a Avenida Rio Branco. Na atual Princesa Isabel, conhecida então como “Campo das Cavalhadas”, realizavam-se corridas de cavalos até 1876 quando foi inaugurado o Hipódromo Paulistano, na Mooca, e estas foram 3 para lá transferidas. Seu nome oficial em 1865 era Largo do Campo Redondo passando depois a Largo dos Guaianazes. Em 1881 ganhou um chafariz que funcionou até 1893. Recebeu nome de Praça Princesa Isabel em 1921, passando por sucessivas transformações e sendo reurbanizada na década de 70. O outro marco que merece destaque é a Estação Ferroviária Júlio Prestes, construída pela Estrada de Ferro Sorocabana no período de 1926 a 1938, com projeto do engenheiro Samuel das Neves e do arquiteto Christiano Stockler das Neves. O prédio construído para ser a terceira sede da companhia foi inaugurado em 1930, destacando-se um grande hall na entrada e com uma torre que até hoje é destaque na região. A praça e a estação foram recentemente reformadas e reurbanizadas²⁸.

O bairro ainda permaneceu como residência da elite até aproximadamente os anos 1930. Começou a perder essa característica com a inauguração da Estação Ferroviária Júlio Prestes, aumentando a movimentação de pessoas, táxis e cargas – as famílias mais abastadas iniciaram a transferência de suas residências para Higienópolis, para a região da Paulista e para novos bairros-jardins que estavam sendo loteados. Hotéis, pensões e outros tipos de serviços surgiram para atender essa dinâmica crescente, intensificada com a inauguração da Estação Rodoviária na Praça Júlio Prestes, em 1961²⁹.

As intervenções urbanísticas mais marcantes no bairro ocorreram a partir dos anos 1940, com o alargamento das avenidas Duque de Caxias e Rio Branco, dentro do projeto das grandes avenidas do prefeito Prestes Maia. Em 1960 ainda foi instalado o Monumento a Duque de Caxias na Praça Isabel. Com a inauguração da Estação Rodoviária no ano seguinte, acelerou-se definitivamente o processo de deterioração do bairro, que foi gradativamente perdendo o seu caráter residencial, passando a abrigar além de diversos tipos de hotéis, uma infinidade de serviços e de comércio varejista³⁰.

²⁷ INSTITUTO CULTURAL ITAU. Bairro dos Campos Elíseos. ICI, 1995. pgs. 16 e 17

²⁸ INSTITUTO CULTURAL ITAU. Bairro dos Campos Elíseos. ICI, 1995. pgs. 16 e 17 e 23

²⁹ INSTITUTO CULTURAL ITAU. Bairro dos Campos Elíseos. ICI, 1995. pg. 9

³⁰ INSTITUTO CULTURAL ITAU. Bairro dos Campos Elíseos. ICI, 1995. pg. 9

A transferência da Estação Rodoviária para o Terminal Rodoviário Tietê eliminou a sobrecarga de trânsito intenso de ônibus e passageiros e desde o final de década de 80 e durante os anos 90 algumas empresas particulares e órgãos públicos estaduais e municipais estão restaurando e reciclando antigos casarões e palacetes, dentro de um processo de revalorização da área central da cidade.

3. Ecletismo arquitetônico - as transformações da cidade e as novas formas de morar

Formas de Morar. A passagem do burgo de estudantes para metrópole cosmopolita significou também a passagem da cidade de taipa para a cidade de tijolos, além de toda uma série de transformações na maneira de morar, de construir as casas e de viverem nelas. O último quarto do século XIX presenciou um rompimento na maneira de se realizar a habitação paulista, era a colônia que finalmente era deixada para trás, substituída pela habitação burguesa e operária. As novas formas arquitetônicas apresentavam um significado simbólico diferenciado. Elas representavam a condição social de seus moradores através do local e da habitação em que estes residiam, diferenciando-se profundamente e propositalmente das superposições comuns das casas coloniais³¹.

As transformações socioeconômicas alteram o imaginário social, a temática urbana passa a dominar os anseios e desejos da população, logo mais realçados com as chegadas dos Barões do Café enriquecidos e dos imigrantes que traziam muitas vezes costumes e olhares urbanos. Nesse sentido, o século XIX representará a passagem de uma cidade com uso e sociabilidade rurais para uma cidade capaz de gerenciar um novo tipo de relações sociais³². Seria a busca da realização do projeto social do homem “moderno”, o projeto civilizador da burguesia do café que passaria a dominar a cena paulista e logo mais na República o cenário nacional. Da fundação a meados do século XIX a cidade de São Paulo guardou por muitos séculos o seu perfil desenhado de acordo com o imaginário colonial. O casario não trazia as marcas da monumentalidade (característica de cidades como Salvador ou Rio de Janeiro), as casas não respeitavam normas de alinhamento, animais andavam soltos pela rua, o mato crescia em terrenos abandonados e os formigueiros eram tema de reclamações constantes³³.

No Brasil, a tradição de origem lusa dos solares e casas de chácara seguiu sua história de adaptação empírica à organização social e econômica, aos costumes e às condições físicas e climáticas locais, chegando a resultar em habitações com conformação própria. O nome de arquitetos que tenham projetado casas nos tempos coloniais é raramente

³¹ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus in Anais do Museu Paulista. v.4. EDUSP. São Paulo, 1996. pg. 167

³² THEODORO, Janice. São Paulo de Ramos de Azevedo: da cidade colonial à cidade romântica in Anais do Museu Paulista. v.4. EDUSP. São Paulo, 1996. pg. 201

³³ THEODORO, Janice, op. cit., pg. 201

conhecido, a arquitetura doméstica era nas cidades feita de sobrados em que a riqueza e até mesmo a opulência eram caracterizados pelo volume e tamanho do edifício e não em soluções formais de autores; no meio rural, a “casa grande” sempre preponderou com soluções que partiam das formas tradicionais de origem ibérica³⁴.

A taipa de pilão foi das primeiras contribuições do colonizador luso, desde os primeiros dias do Colégio introduzidas pelos povoadores ligados a João Ramalho³⁵ – foi o sistema de construção dominante e mesmo quase exclusivo por 300 anos, tanto para os sobrados mais fidalgos da zona central como para as casas mais modestas, tanto para as sedes de chácaras como para os edifícios religiosos⁶. Mesmo nos sobrados paulistanos ocorria, a semelhança de outras cidades do Brasil e em grande parte das hispano-americanas, que só o andar de cima fosse utilizado para moradia, servindo o térreo para loja ou mesmo para estábulo ou cocheira. No andar de cima ficavam as sacadas, os lugares preferidos por homens e mulheres para espiarem as ruas ou assistirem à passagem das procissões. Esses sobrados, no entanto, concentravam-se quase todos em algumas ruas centrais, pois em sua grande maioria as casas da cidade eram térreas, destituídas de elegância, “sem arquitetura”³⁶. As casas sedes das chácaras dos paulistanos ricos, todas feitas de taipa, só se destacavam por suas dimensões ou por traços de requinte mais acentuados, como portões de ferro cheios de arabescos. Da mesma forma todas as inúmeras igrejas de taipa, que demandavam reformas ou consertos constantes³⁷. Os sobrados, por sua vez, apresentavam uma uniformidade impressionante. Em que pese as suas particularidades, se caracterizavam pelas janelas adornadas de pequenos balcões, ostentando sempre amplos beirais. Diferenciavam-se apenas em que alguns tinham sacadas de ferro abraçando todas as janelas, com esteios para as luminárias, enquanto outros possuíam seu último andar em forma de água-furtada, alguns com quatro águas-furtadas dispostas em forma de cruz ou então sobradinhos com as janelas de cima tocando no beiral³⁸.

É verdade que a partir de fins do século XVIII houve algumas modificações na similaridade das fachadas, inclusive com suas janelas de vergas recurvadas à moda pombalina, introduzidas principalmente pelos engenheiros militares trazidos pelos últimos governadores-gerais. No geral, entretanto, pode-se afirmar que desde os fins do século XVIII até 1850 São Paulo praticamente não conheceu nenhuma novidade arquitetônica. Tão perto do Rio de Janeiro, praticamente não conheceu o *Neoclássico* trazido pela Missão Francesa³⁹. A conservadora arquitetura colonial paulistana ainda manteve as rótulas, os postigos e as cancelas até 1873, quando foram proibidas pelo Código de Posturas, que impôs a sua retirada⁴⁰.

³⁴ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de, op. cit., pg. 166

³⁵ LEMOS, Carlos, op. cit., pg. 72

³⁶ BRUNO, Ernani Silva, op. cit., pg. 469

³⁷ BRUNO, Ernani Silva, op. cit., pgs. 478 e 479

³⁸ BRUNO, Ernani Silva, op. cit., pg. 491

³⁹ LEMOS, Carlos, op. cit., pg. 72

⁴⁰ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 20

Em meados do século XIX todas as alterações socioeconômicas provocadas pela expansão do café e que alteraram profundamente o quadro urbano paulistano, como vimos acima, também atingiram a forma de morar na cidade de São Paulo. Entrava-se em uma nova etapa deste processo civilizador que será realçada e acelerada com a República. Na segunda metade do século XIX o *ecletismo neoclássico* com todas as suas variações invadiu a nossa cidade. Introduziram-se novos materiais de construção, a alvenaria de tijolos. A importação de materiais foi vulgarizada e até facilitada pelo afluxo e pelo trabalho dos técnicos estrangeiros que vieram com a imigração. Construíram uma série de obras de grande porte, tanto públicas quanto particulares, tais como escolas, quartéis, cadeias, prédios para as secretarias relativas à administração pública, para as instruções científicas e acadêmicas. Mas principalmente a casa do ecletismo, considerada em seus aspectos técnico-estilísticos foi o que mais se transformou⁴¹. Nos 50 anos de 1870 a 1920 a cidade praticamente se refez.

Foi o tempo do ecletismo, sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico – era o capitalismo inaugurado com o café que chegava à cidade⁴². A taipa velha foi renegada, significando um tempo a ser superado e negado, principalmente pela nova elite cafeeira e pela classe média que surgia formada em sua maioria pelos imigrantes que ascendiam socialmente. Entre os paulistas, o ecletismo era entendido como uma manifestação civilizada adotada graças ao café, cujo dinheiro aos poucos foi mostrando à classe alta as novidades próprias dos “povos cultos”. O termo mesmo *ecletismo* não era usado por ninguém naquele período final do século XIX, ninguém usava essa expressão, hoje comum na crítica arquitetônica, para todos, tudo aquilo era o “novo gosto”, a estética erudita ou civilizada que a Europa nos enviava⁴³.

Hoje, entende-se por *Ecletismo* toda a somatória de produções arquitetônicas a partir do final do primeiro quartel do século passado, que vieram juntar-se ao *Neoclássico* histórico surgido por sua vez como reação ao Barroco. Sabemos que, naqueles dias, primeiramente vieram as obras neogóticas em contraposição às neoclássicas e dessa coexistência inicial é que veio à tona no panorama arquitetônico a expressão filosófica *Ecletismo*, que designava primordialmente a tolerância a duas ideias ou dois comportamentos concomitantes. Nesse sentido explicar o Ecletismo significa procurar compreender a miscelânea arquitetônica⁴⁴.

Tudo se alterava, a cidade era fundada pela segunda vez. A taipa velha foi definitivamente substituída pelo tijolo e a cidade reconstruída de alvenaria. Como já vimos acima, em 1875, no começo da euforia remodeladora, a cidade tinha menos de 3 mil pequenos prédios, mas já em 1900, a capital do café abriu o século com 21 mil prédios construídos no perímetro urbano. A cidade crescia sobre si mesma, a expansão

⁴¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 21

⁴² LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo, op. cit., pg. 73

⁴³ LEMOS, Carlos. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. EDUSP, São Paulo, 1999. pg.251

⁴⁴ LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo, op. cit., pg. 70

da área urbana e da população não eram as únicas responsáveis pela febre de construções, quase todas as velhas obras de taipa, muitas ainda do tempo da colônia foram derrubadas e substituídas por outras de tijolos. Era a hora de banir as marcas do provincianismo roceiro. Cada qual com suas soluções naquele clima de invenções formais. A variedade passou a compor o cenário sem repetições, mas, ao mesmo tempo, homogeneizado pelas mesmas regras de composição, pelos mesmos gabaritos reguladores. Era o Ecletismo arquitetônico que passava a ser a expressão do modo de morar⁴⁵.

Ao mesmo tempo em que ocorriam essas modificações no modo de morar, houve também toda uma evolução da legislação estadual e municipal. Durante todo o período colonial e até meados dos oitocentos, a legislação voltada ao controle das edificações urbanas não interferiu nas condições de planejamento interno das residências – é como se cada um fosse deixado para que morasse do jeito que quisesse ou pudesse. Externamente, as Câmaras e até mesmo o governo central procuraram organizar e fiscalizar alinhamentos e fachadas havia ao menos a intenção de garantir ruas retas e regulares e, especialmente, continuidade entre as cumeeiras das construções geminadas. Tal preocupação não denotava só alguma preocupação estética, mas também atendia às dificuldades construtivas daqueles tempos ainda alheios às novidades da revolução industrial, em que as infiltrações das águas pluviais eram de precário controle em telhados frágeis e de níveis diferentes, com cumeadas desalinhadas. Mas a atenção das Câmaras parava por aí.

Os governos não interferiam na organização interna das residências, cujas plantas, no entanto, eram extremamente semelhantes entre si, só variando na quantidade de cômodos. Havia uma “subserviência obrigatória” às poucas técnicas construtivas vigentes e ao gregarismo medieval que unia as casas umas às outras, todas em lotes estreitos e profundos. Ar e luz somente pela frente e por trás. É claro que, todas as técnicas construtivas, o alegado gregarismo e todos os procedimentos referentes ao ato de morar estavam inelutavelmente inseridos num amplo complexo cultural, próprio de cada região brasileira⁴⁶.

Para a cidade de São Paulo, todas as alterações advindas a partir do último quartel do século XIX trouxeram novas tecnologias atreladas à alvenaria de tijolos, novos materiais de acabamento e outros critérios de morar para os ricos e para a classe média ascendente, que passavam por um processo civilizatório, sendo que a elite assumiu o “morar à francesa”. É claro que aqui não nos referimos as condições de moradias dos imigrantes pobres, dos antigos nacionais pobres e dos negros e mulatos. A imigração inchou a cidade, provocando uma enorme carência de moradias fazendo surgir os cortiços, promíscuos e insalubres. Surgiram problemas imprevistos quando do início do movimento imigratório. Com o aumento da demanda urbana por mão de obra em virtude do crescimento das atividades terciárias e fabris surgiram problemas

⁴⁵ LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo, op. cit., pg. 73

⁴⁶ LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). Hucitec. São Paulo, 1999. pgs. 13 e 14

variadíssimos, desde os relativos ao abastecimento de gêneros até aos de controle de epidemias, passando pelos mais graves relativos ao assunto da moradia, afora as questões sociais imanentes ao brutal crescimento populacional repentino a partir da República. Os cortiços tiveram grande importância na postura das autoridades em introduzir nos códigos legais uma série de exigências ligadas à higiene, sobretudo à da habitação – a lei entrava dentro de casa⁴⁷.

Em São Paulo, o primeiro Código de Posturas a ter preocupações sociais na regulamentação das habitações foi o de 1886. Em seu texto estipulava para todos os tipos de construção, em qualquer hipótese, porão com altura mínima, sugeria pés direitos de altura mínima, abolia os beirais do tempo da taipa e acabou criando, a partir daí, a nova tipologia da casa paulistana, novo partido arquitetônico derivado, em resumo, da obrigatoriedade do alinhamento do lote, da obrigatoriedade do porão e do corredor lateral descoberto que permitisse a iluminação direta dos cômodos. Agora, cada casa com o seu telhado independente. Telhas francesas, ditas de Marselha; telhados contínuos só em pequenos grupos de duas ou três casas de aluguel de um mesmo proprietário. Alvenaria de tijolos definindo arcabouço padronizado que poderia receber decoração estilística segundo a vontade ou o gosto do empreiteiro, quase sempre italiano. Foi a chegada do Ecletismo⁴⁸.

Já na República, a partir de maio de 1893 a prefeitura passou a exigir as plantas das novas construções, antes de fornecer o necessário alinhamento do lote, e passou também a exigir indiscriminadamente “ar e luz” para os dormitórios. Em 1894, com o Primeiro Código Sanitário há sistematização de exigências, ligadas tanto às questões da urbanização como à largura de ruas e relações entre estas e a altura dos edifícios, ou relacionadas à salubridade das construções, não se esquecendo das espessuras mínimas das paredes, impermeabilizações combatendo a umidade emanada do solo e outras providências⁴⁹.

O arquiteto e pesquisador Carlos Lemos classificou os tipos de casas para este período em 7 categorias: cortiços, casas operárias, casas de baixa classe média, casas de classe média propriamente dita, casas de classe média alta, palacetes e soluções mistas. As casas operárias abrangeriam as moradias pequenas de até 3 acomodações, fora o WC de uso exclusivo da família; as residências da classe média baixa reuniriam todas as moradias com 4 cômodos e instalações sanitárias; as moradias da classe média propriamente dita designariam as casas com qualquer número de dormitórios mas portadoras de duas salas, a de receber, às vezes também chamada de “gabinete”, e a sala de jantar costumeiramente batizada de “varanda”, fora a cozinha, tendo ao lado instalações sanitárias completas, incluído o banho; as residências ditas de classe média alta reuniriam os exemplares com qualquer número de dormitórios, mais sala de visitas, “gabinete”, agora com feição de escritório, sala de jantar, copa-cozinha e quarto de

⁴⁷ LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pgs. 14 a 17

⁴⁸ LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pgs. 22 e 23

⁴⁹ LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pg. 29

empregada, podendo também comparecer uma despensa e um quarto de engomar, além do que eram construções quase sempre no alinhamento e com jardim lateral, sendo raramente assobradada; os palacetes eram a novidade rica, raramente térrea, propiciando quase sempre o “morar à francesa” e procurando, sobretudo, uma quantidade muito grande de acomodações de modo que fossem evitadas, sempre que possível, superposições das atividades e daí, o surgimento da “sala da senhora”, de “fumoir”, da sala de música, da biblioteca conjugada ao gabinete, do quarto de hóspedes no térreo, da sala de bilhar, da sala de almoço, do quarto da governanta e da cocheira ou da garagem; sobre as soluções mistas, reuniram todas as soluções arquitetônicas envolvendo habitações unidas a locais de comércio. Não entraremos no rol das especificações próprias de cada um, indicamos o volume do autor para aprofundamentos, servindo esta nota acima para verificarmos a variedade arquitetônica que refletiu a febre construtiva na cidade que crescia exponencialmente⁵⁰. Sobre os palacetes, que nos interessam mais por ser nesta categoria que se encontra a Casa do CRE, voltaremos a discorrer no próximo tópico.

Segundo o professor C. Lemos, podemos classificar as obras do ecletismo arquitetônico segundo alguns grupos estilísticos, com a ressalva que vários tiveram existências concomitantes, embora outros tenham surgido em sequência temporal. Praticamente todos esses grupos, uns mais, outros menos, surgiram no panorama arquitetônico a partir de um novo “saber fazer”, que não prescindia, em hipótese alguma, de materiais estrangeiros de impossível industrialização local imediata. É claro que logo se passou a fabricar aqui tijolos, telhas planas chamadas de *francesas* e a areia das argamassas e alguma cal eram dos arrabaldes, mas o resto vinha de fora, inclusive a madeira toda exportada pelo porto de Riga. Nosso Patrimônio Cultural viu-se em situação inesperada e inédita, para dizer o mínimo: passou a possuir bens ou artefatos alheios aos elementos do conhecimento da sociedade local e executados com recursos e materiais estranhos à natureza envoltória e concebidos segundo estética de outras terras⁵¹.

Em relação aos grupos estilísticos o professor Lemos os classifica da seguinte maneira: 1) construções neoclássicas ditas ortodoxas, mais antigas e pouco numerosas, influenciadas pela produção carioca e mais restritas aos anos 1850/60; 2) construções neoclássicas na primeira intenção, no partido arquitetônico, mas comprometidas principalmente pela ornamentação renascentista - é composto de obras bem elaboradas buscando soluções de composição em fontes classicizantes diversas, mas organizadas com bom gosto e construídas com o que houvesse de melhor no mercado de materiais importados – eram em geral obras de autor; 3) construções diversas que, de um modo geral, podem ser chamadas de neorenascentista poluídas, pois eram executadas por profissionais pouco qualificados e que substituíam as regras pela improvisação, pela recriação e até pela invenção, tendo sido o grupo mais numeroso e mais difundido e que, para muitos, é o único a merecer o epíteto do ecletismo, porque

⁵⁰ LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pg. 32 e 34

⁵¹ LEMOS, Carlos. A república ensina a morar (melhor). op. cit., pg. 74

tolerava tudo; 4) obras vulgarmente chamadas de *art nouveau*, mas que também incluem trabalhos de inspiração alemã ou austríaca, eram obras pouco numerosas, concebidas dentro de uma ortodoxia erudita; 5) construções populares de arcabouço estrutural convencional de tijolos, muito semelhantes ao das casas do 3. grupo, mas que recebiam decoração *art nouveau* sem maiores critérios, com ornamentações florais espalhadas; 6) obras de estilo indefinido, mas grande parte delas com características formais tiradas principalmente dos chalés alpinos, mais do território suíço, caracterizadas pelo tom romântico, pelo ar bucólico dito campestre; 7) construções pertencentes ao chamado *ecletismo historicista*, que compreendia trabalhos vinculados aos variados modelos de construções antigas alheias ao mundo clássico, sendo o estilo *neogótico* o mais frequente; 8) construções dentro do estilo que, na época, anos da 1ª Grande Guerra, se chamava “tradicionalista” ou “colonial” e que hoje os estudiosos denominam *neocolonial*; 9) obras populares nascidas da reprodução simplificada dos modelos *eruditos neocoloniais*, que chegaram a compreender a quase totalidade das construções da década de 1920⁵².

O que essas casas tinham em comum, na sua maioria, era a maior iluminação natural para todos os cômodos, janelas com vidros lapidados ou fosqueados, pinho-de-riça em profusão, papéis forrando paredes internas quando elas não eram pintadas por hábeis pintores, casas com água encanada, já com instalações sanitárias internas completas com chuveiro, banheira e bidê, paredes ladrilhadas com pisos impermeáveis nas cozinhas e banheiros, cozinha que se tornou mais cômoda com fogão a carvão vegetal, iluminação artificial, que também teve grandes progressos, primeiro com lâmpões abastecidos com querosene e depois com a luz elétrica que a Light tornou acessível a todos. A varanda, a sala grande, continuou com a sua função antiga de local para receber as visitas, mas a sala de frente ganhou também importância, servindo como local de comunicação com a rua e também porque aí se instalou o piano, o centro de convivência de todos da família, especialmente nos domingos à noite⁵³.

A cidade ainda produziu outras revisões no seu Código Sanitário, em 1911 e por fim em 1918, este último código bem amplo que vasculhava todos os programas de necessidades, passando pelos estabelecimentos comerciais, industriais, hospitais, residências, cemitérios e tudo o mais que se pudesse construir; quanto às moradias, introduziu novidades na fiscalização dos aspectos higiênicos. Este código durou até 1951⁵⁴. Essa casa moderna implantada de fora para dentro na São Paulo do final do século XIX e começo do XX, casa burguesa por excelência, foi reflexo do movimento da sociedade civil que conferiu maior importância à dimensão privada da vida. A casa e suas novas formas de acomodação doméstica tornaram-se prova das condições socioeconômicas de seus moradores⁵⁵.

⁵² LEMOS, Carlos. *Ecletismo em São Paulo*, op. cit., pgs. 74 e 75

⁵³ LEMOS, Carlos. *A república ensina a morar (melhor)*. op. cit., pgs. 66 a 72

⁵⁴ LEMOS, Carlos. *A república ensina a morar (melhor)*. op. cit., pg. 78

⁵⁵ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 57

Ainda importante realçar a importância de um grupo de arquitetos e alguns de seus trabalhos, que entre o final do século XIX e a década de 1920 criaram alguns dos melhores trabalhos arquitetônicos paulistanos. Em fim da década de 1870 chegaram alguns jovens recém-formados da Europa com seus diplomas de arquiteto. Otaviano Pereira de Mendes, Francisco Ramos de Azevedo e outros abrem uma nova página na história da arquitetura de São Paulo. As casas são ornadas com ornamentos neoclássicos, e é no bairro dos Campos Elíseos que esta nova arquitetura revelou todo seu academicismo. Arquitetos estrangeiros também tiveram igualmente atuação destacada, como o alemão Häusler, Victor Dubugras e os italianos Bezzi e Pucci que construiu a Chácara do Carvalho, residência do Conselheiro Antonio Prado e vários palacetes na rua São Luiz, mas foi o escritório de Ramos de Azevedo o principal responsável pela fama e requinte desta nova arquitetura – como citação obrigatória e característico deste período das construções neorrenascentistas são o edifício do Museu do Ipiranga, iniciado em 1882 pelo arquiteto Gaudêncio Bezzi e o famoso de vizinho frente da Casa do CRE, a luxuosa residência de Elias Chaves, projeto de Matheus Häussler, de 1896, hoje conhecida como Palácio Campos Elíseos e que já abordamos mais atrás. Aqui em São Paulo o espírito grego do neoclassicismo era logo suplantado pelas tendências romanas e florentinas⁵⁶.

Ramos de Azevedo – o maior nome da renovação arquitetônica do período –, montou um amplo escritório capaz de responder a todo tipo de solicitação tanto particular quanto oficial. Nos cinquenta anos em que esteve à frente do seu escritório projetou e construiu os principais edifícios públicos, institucionais e particulares da cidade de São Paulo. O operoso arquiteto organizou um escritório de importação de material e, para a formação de mão-de-obra ajudou a organizar o Liceu de Artes e Ofícios, onde eram vistos mestres vindos da Europa. Seus colaboradores eram escolhidos a “dedo”, destacando-se Domiziano Rossi, autor do projeto do Teatro Municipal – inaugurado em 1911 –, e que trabalhou 31 anos no escritório, acabando como sócio da firma. Além do Teatro Municipal ainda projetou, entre outros, o Palácio das Indústrias, o Palácio da Justiça, o Liceu de Artes e Ofícios e inúmeros palacetes, os quais apareciam sempre como trabalho do escritório, procedimento comum na época⁵⁷. Nesse sentido, inclusive vale a afirmação do professor Carlos Lemos de que Ramos de Azevedo foi o “chefe” do movimento civilizador da cidade⁵⁸.

A noção de habitar que Ramos de Azevedo trouxe de sua formação europeia, realizada na cidade flamenga de Gante, de 1875 a 1878, ligava-se aos hábitos, necessidades, ideias, aspirações e costumes burgueses, os quais já eram amplamente dominantes na Europa Ocidental nessa época. Em seus projetos, Ramos de Azevedo utilizaria os conceitos novos que aprendera como o zoneamento e a compartimentação. A nova escola arquitetônica realizara uma verdadeira revolução conceitual na arquitetura

⁵⁶ LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo, op. cit., pg. 79

⁵⁷ TOLEDO, Benedito Lima de. São Paulo: três cidades em um século, op. cit., pgs. 72 e 73

⁵⁸ LEMOS, Carlos. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café, cit. pg. 252

residencial sob o ponto de vista da distribuição. As três áreas básicas de uma moradia, área íntima, social e de serviço, são agora independentes, mas integradas através de uma rede de cômodos; devem ser agora distribuídas de acordo com um rígido ritual social e conformadas às regras de conforto, higiene e salubridade⁵⁹.

Ramos de Azevedo ainda influenciou toda a futura geração de arquitetos ao ser convidado a organizar os cursos de arquitetura da Escola Politécnica, em 1894. Em seus cursos ensinava a amplitude e disposição das diversas peças, numa clara demonstração de sua atenção ao dimensionamento adequado às funções e à situação dos cômodos na geografia da casa, além do que também ensinava meticulosamente todos os passos do projeto e da construção⁶⁰.

Esse *neorrenascentismo* paulistano teve o início de sua popularização entre nós em meados da década de 1970. O Grande Hotel, projeto de 1878, é considerado pelos estudiosos como o primeiro exemplar dessa corrente estilística em terras paulistanas. Foi um hotel de luxo, finamente decorado em seus interiores pelo seu proprietário, o alemão Glette. Neste grupo de construções típicas deste período também devem ser incluídos alguns exemplares residenciais de famílias muito ricas da classe dominante, como aquela já citada de Elias Chaves, e também, a casa de Dona Veridiana da Silva Prado, de 1884, a de Dona Maria Angélica Aguiar de Barros, de 1891, a do Conselheiro Antonio Prado, na Chácara do Carvalho, também de 1891, projetada por Luigi Pucci, o construtor do palácio do Ipiranga, onde assimilou as lições de Benzi. Todos exemplares ricos e inspirados em fontes europeias próprias do Neorrenascimento surgido pouco antes⁶¹.

Era esse ecletismo da moda arquitetônica que dominava as construções na passagem para o século XX que também influenciou nas construções dos prédios dos novos grupos escolares que se alastravam pela capital e pelo interior do Estado, sendo o prédio da Escola Normal da Praça da República, projeto de Ramos de Azevedo, o exemplar de maior destaque.

⁵⁹ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus, op. cit., pg. 168

⁶⁰ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus, op. cit., pg. 175

⁶¹ LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo, op. cit., pg. 81

4. Os Palacetes Paulistanos e a Casa que virou CRE

O palacete foi a casa mais luxuosa de São Paulo no período que vai de finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Reproduziram-se no palacete conceitos encontrados nas casas francesas do mesmo período – de onde os jovens arquitetos que chegavam da Europa receberam a maior influência –, como a distribuição. A casa afastava-se da divisa do lote, sendo a circulação feita a partir do vestíbulo. Por outro

lado, na nova casa da elite paulistana, persistiam certos elementos do sobrado e da chácara, tais como a sala de jantar mais ampla que os demais cômodos, em posição central e próxima à cozinha, o gabinete e um quarto independente para hóspedes na parte fronteira do térreo. Externamente, uma entrada de serviços e, em geral, forno, lenheiro e até poço ou mina d'água. Algumas edículas da casa francesa, como a casa do porteiro e as cocheiras, foram reproduzidas no palacete, no qual, contudo, as construções destinadas a acomodar os criados e o tipo de instalação para os tanques evocavam as antigas senzalas e os telheiros dos quintais paulistanos, onde se alojavam os escravos.

Seguindo essa linha, chegamos ao conceito de palacete para este período, desenvolvido em magnífico trabalho pela estudiosa Maria Cecília Naclério Homem: o palacete constituiu um tipo de casa unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência nos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo uma área de serviços e edículas nos fundos. Internamente, sua distribuição era feita a partir do vestíbulo ou de um *hall* com escada social, resultando na divisão da casa em três grandes zonas: estar, serviços e repouso⁶². É claro que isto é um conceito geral, em muitos casos houve alternativas importantes.

A residência paulistana da elite do café passaria a ser a mais bem cuidada e de maior luxo, a fim de expressar o êxito econômico, o gosto, as preferências culturais do proprietário, transformando-se no cartão de visitas dos moradores. O palacete foi um espaço especialmente programado para as necessidades da burguesia. Foi a primeira casa de luxo que a cidade conheceu, quando se começou a buscar o isolamento e a privacidade, em finais do século XIX. Os seus recuos fronteiros e laterais estenderam-se às casas da classe média e mesmo a muitas casas em vilas operárias⁶³, mas foi principalmente nos palacetes que os jardins frontais e laterais, os gradis de ferro e os amplos portões tiveram a função de separar o espaço da privacidade e o domínio público, assegurando a intimidade no interior das casas⁶⁴.

Pelo lado residencial, os palacetes tiveram o papel de difundir a nova civilização urbana, como foram os hotéis, as lojas de produtos importados, os restaurantes estrangeiros e

⁶² HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pgs. 13 e 14

⁶³ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 18

⁶⁴ MARINS, Paulo César Garcez, op. cit. pg. 176

até os bordéis de luxo. Socialmente, muitos palacetes representaram bem o espírito da *belle époque*, formando em volta de si pequenas cortes e salões onde se cultivaram o luxo, a moda, a etiqueta, as formas de cortesia e as atividades artísticas como o teatro e a música, abrindo caminho para as vanguardas artísticas. Nesse sentido realça-se o papel que o salão passou a ter nos projetos arquitetônicos, destinando-se à recepção das visitas e à sociedade mundana. Os salões tornaram-se políticos e intelectuais⁶⁵. Algumas *villas* contavam com salões especiais, de maiores dimensões, que se abriam nas ocasiões solenes como casamentos, batizados, bailes, formaturas e concertos⁶⁶.

Tanto quanto para a casa, para a mulher também se iniciava uma nova era: a do consumo, do utilitário, da higiene, da publicidade e dos estudos. Ao diminuir o número das tarefas domésticas, a mulher de elite passou a dedicar mais tempo à moda, ao supérfluo e ao público. Ir às compras, as confeitarias, ao teatro e aos espetáculos de luxo, exibindo roupas elegantes constituíram os primeiros passos desacompanhados na rua. A cidade passou a contar com professores, mestres de músicas, de canto, de línguas estrangeiras. Tornou-se habitual a presença da governante preceptora das crianças, na casa abastada. As mulheres falavam francês e tocavam piano. Professores alemães e norte-americanos abriam escolas femininas com cursos como Economia Doméstica, Bordados, Arte Culinária, etc. As mulheres da elite iam ao Parque Antarctica, às corridas no Hipódromo da Mooca e às óperas; iam ao Velódromo ou, em grupos, andavam de bicicletas. Frequentavam as confeitarias para tomar chá ouvindo música⁶⁷.

Toda essa nova postura refletia-se internamente nas casas, onde os projetos arquitetônicos deram toda uma nova dimensão ao universo privado da vida. A modernização se realizava pelo interior das moradias. A nova habitação deveria superar a velha em tudo, mormente na salubridade e no conforto, apresentando compromissos com os novos princípios científicos ligados às questões de higiene das edificações, além dos necessários vínculos com a estética vigente na Europa civilizada. As casas deveriam dar guarida ao um modo de vida novo, cheio de maneiras mais descontraídas e até galantes, próprias de um convívio social inspirado na polidez e na etiqueta da civilidade dos grandes centros europeus. As revistas ilustradas plenas de novidades ligadas à vida cotidiana e aos recentes critérios de gerenciamento dos novos lares, onde a superposição de atividades domésticas num mesmo espaço arquitetônico deveria ser firmemente evitada, influíram decisivamente na adoção da maneira chique de se morar. Era o “morar à francesa”⁶⁸.

A nova organização interna das casas nascida dos projetos arquitetônicos, tanto quanto a ordenação das atividades domésticas, deveria se dar em volta de três grupos: o relativo ao estar, ou lazer, o referente ao repouso, ao sono, ao banho e o concernente

⁶⁵ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 58

⁶⁶ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 249

⁶⁷ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 59

⁶⁸ LEMOS, Carlos. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café, op. cit. pgs. 252 e 253

às atuações de serviço. A vida doméstica deveria ser compartimentada em “zonas distintas”, separadas uma das outras de tal maneira que houvesse interdependência entre elas. Ia-se de uma a outra sem a necessidade de se atravessar a terceira. Era o abandono dos velhos costumes que toleravam cômodos ou zonas de passagem obrigatória. Deu-se fim as grandes varandas de distribuição. A perfeita interdependência das zonas da habitação era conseguida através da introdução, na planta, do vestíbulo distribuidor dos passos. Esse novo espaço da moradia era uma área “neutra”, mera passagem que, no entanto, podia acumular a velha função de faixa de transição entre o público e o privado, pois quase todos os palacetes possuíam um quarto de hóspedes ao lado de uma instalação sanitária. Este “vestíbulo” acabou se popularizando definitivamente nas casas da classe média e dos ricos e, já no decorrer avançado do século XX, por influência do cinema norte-americano, passou a chamar-se *hall*⁶⁹.

Neste sentido, fica claro o que distingue bem os palacetes, era que neles não havia superposição de funções, e sim uma intensa especialização. Cada aspecto da vida privada das famílias devia se processar em seu espaço correto⁷⁰. Destinou-se um cômodo para cada função ou atividade, o que resultou em espaços específicos. O estar, por exemplo, desmembrou-se em salão de recepções, sala de visitas, sala de música, sala de estar, sala da senhora, sala de jogo, bilhar, *fumoir*, sala de estudos, biblioteca, gabinete, *hall*, jardim de inverno, etc. Entre a cozinha e a sala de jantar, surgiram a copa, a sala de almoço e a sala de refeições das crianças. A casa ganhou porão e, nos fundos, manteve pomar, forno, horta e edículas, como coqueiras ou garagens, quartos de empregados, casa do porteiro, lavanderia, etc⁷¹.

O trabalho masculino afastou-se da casa para o escritório e a fábrica, mas o gabinete, local exclusivo do homem, permaneceu na parte fronteira, com entrada independente. O gabinete é uma peça para receber amigos, clientes, fornecedores e mesmo desconhecidos. Camuflou-se o trabalho manual, e as atividades passaram a ocorrer em compartimentos estanques: os serviços, na cozinha, nos porões e nos fundos da casa; o estar no térreo e nos jardins; o repouso, nos quartos de dormir, em geral situados no primeiro andar. O palacete sobressaía, ainda, pelo equipamento, pela decoração, pelo número de criados e pela apresentação deles – vivia-se com grande requinte, procurando imitar o modo de vida dos abastados das metrópoles europeias⁷².

Criou-se quase um “delírio ornamental”, expresso nos objetos ou aparelhos de utilidade indispensável⁷³. As famílias que não assimilaram na íntegra o processo civilizador foram consideradas “acaipiradas” pelas demais. O estar formal recebia um tratamento especial

⁶⁹ LEMOS, Carlos. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café, op. cit. pgs. 254 e 255

⁷⁰ MARINS, Paulo César Garcez, op. cit. pg. 177

⁷¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 125

⁷² HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 129

⁷³ LEMOS, Carlos. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café, op. cit. pg. 251

e a sociabilidade era tanto mais intensa quanto mais europeizada fosse a família. A sala de visitas e a sala de jantar eram os cômodos mais amplos que compunham a parte mais ricamente decorada da casa. O salão de visitas destinava-se a recepção das visitas e a sociedade mundana. A sala de jantar para as refeições da família e convidados⁷⁴. Pisos em mosaicos, cobertos de tapetes e paredes pintadas a ouro recebiam uma profusão de cortinas trabalhadas com fios desse metal, acompanhadas de quadros e tapeçarias. Na primeira, os móveis dourados franceses, nos estilos dos Luíses de França, estofados com tecidos preciosos, substituíram as cadeiras “Thonet” do antigo sobrado. Lustres e espelhos de cristal Baccarat, porcelanas e estatuetas completavam o cenário, onde não podia faltar o piano, coberto com um xale de seda, secundado por uma vitrine expondo coleções de leques, de miniaturas ou de medalhas e troféus amealhados pelo dono da casa. A ornamentação à base de plantas tropicais, em especial com pequenas palmeiras que foram levadas à Europa pelos colonizadores, chegara aos nossos salões e aos grandes *halls*. Os quadros eram sempre acadêmicos, pintados pelos artistas nacionais ou trazidos do exterior. Naturezas-mortas, paisagens, cenas de caça e de batalhas alternavam-se com fotografias e retratos a óleo de antepassados ou dos membros da nossa família imperial⁷⁵.

A biblioteca, por sua vez, deveria ser acima de tudo uma sala de trabalho comum para a família. Ela deveria possuir o maior número possível de paredes claras e ter espaço para uma grande mesa de trabalho. As peças para estudos, salão de jogos, etc., em geral eram quartos ou pequenos salões. A sala de bilhar destacava-se como devendo ser posicionada em uma extremidade, de maneira que lhe fosse assegurada grande independência. O tamanho, possibilitando a livre circulação ao redor da mesa de bilhar, a iluminação difusa, sem a presença de diferenças marcantes entre áreas de sombra e luz, eram aspectos que deveriam ser bem observados pelos arquitetos em seus projetos desta importante peça de sociabilidade masculina das residências oitocentistas⁷⁶.

Os quartos, situados no primeiro andar, formavam o conjunto dos “apartamentos” da família. Era preciso que esses cômodos fossem agrupados, comunicando-se facilmente, e que seguissem um princípio necessário, a separação e independência recíproca da parte pública e da parte íntima da habitação. Era importante que fossem arejados e iluminados até o meio-dia, através de, se possível, duas janelas. Os quartos compreendiam também espaços para *toilettes*, banho e guarda-roupa⁷⁷. Mas a maior “revolução” na casa aconteceu quando a maioria dessas passou a ser regularmente abastecida de água, possibilitando a vulgarização da água corrente nas residências. Ela chegou primeiro ao andar de baixo, depois aos superiores e, finalmente, a cada apartamento. A industrialização dos canos galvanizados e do material impermeável, a

⁷⁴ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus, op. cit., pg. 170

⁷⁵ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pgs. 248 e 249

⁷⁶ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus, op. cit., pg. 171

⁷⁷ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus, op. cit., pg. 169

fabricação da torneira, bem como a invenção do sifão e da privada sifonada, permitiu que a água corrente passasse da pia da cozinha ao lavabo e ao W.C. e, daí, ao banheiro. Ao mesmo tempo, eliminava-se o mau cheiro e canalizavam-se as águas servidas. O banho pôde passar de nômade a estável, e as peças apropriadas, de portáteis a fixas. As residências de luxo destinaram-lhe um cômodo exclusivo. Desse modo, a cozinha e o banheiro transformaram-se nos dois focos da mecanização da casa, onde se concentrariam outras invenções que concorreram para aliviar o trabalho doméstico⁷⁸. Por esse tempo chegaram os fogões de ferro, chamados de econômicos porque aliavam o máximo de calor ao gasto mínimo de combustível, em que eram empregados tanto o coque comprado no gasômetro dos ingleses como o carvão vegetal produzido nos matos de Itapeverica por encomenda dos imigrantes italianos. Vieram as geladeiras para a conservação dos alimentos, já que se fabricava o gelo na cidade, que era fornecido às moradias em barras todas as manhãs. Vieram as luminárias a gás, inclusive nas casas não abastecidas pela companhia, pois se fabricava também em domicílio o gás acetileno. Chegaram as porcelanas inglesas, com finas decorações esmaltadas acompanhadas de ladrilhos igualmente ornamentados com o que havia de mais belo no repertório *art nouveau*⁷⁹.

A reformulação do modo de vida e do espaço de morar se deram concomitantemente. O porão, a princípio recurso obrigatório contra a umidade, tornou-se habitável e passou a receber tudo o que fugia aos programas originais. Nele, se acumularam malas, baús, louças e móveis, quartos dos criados, salas de estudos das crianças, local dos folguedos infantis, adegas, etc. Visto que dispunha de comunicação direta com a rua, os jovens mantiveram aí os seus dormitórios, ateliês e bibliotecas, o que fez dele ponto de encontro da juventude. Por ele e por algumas coqueiras passaram os vanguardistas, malvistas pelos burgueses que moravam no andar superior, mesmo após a sua oficialização, representada pela Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro de 1922 no Teatro Municipal⁸⁰.

As famílias burguesas, esta elite de fazendeiros urbanizada com a República, criaram em torno de seus palacetes todo um novo modo de vida. Inauguraram verdadeiros rituais sociais em volta de seus palacetes, entrelaçando grupos de famílias aparentadas entre si por casamentos ou unidas por sociedades de negócios pelos seus patriarcas. Se valorizavam o novo e o moderno, por outro lado desejavam apresentar-se e aparentar-se como os aristocratas europeus, franceses, ingleses e alemães. Por estudos genealógicos e pelo modo de ocupação do solo urbano, Maria Cecília Naclério Homem conclui que houveram dois grupos mais notáveis de famílias.

⁷⁸ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 29

⁷⁹ LEMOS, Carlos. Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café, op. cit. pg. 252

⁸⁰ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 250

Um grupo seria “liderado” pela família Silva Prado, tendo preferências culturais mais ligadas a França, país onde também mantinham relações sociais. Sua extensa parentela compreendia as famílias Jordão, Pacheco Chaves, Alves de Lima, Pinto Alves, Monteiro de Barros, Álvares Penteado, Silva Ramos, Mendonça, Uchoa, Lacerda Franco, Lacerda Soares, etc. Distribuíram entre a Chácara do Carvalho na Barra Funda, e o Palacete Chaves, nos Campos Elíseos, sobressaindo-se a figura do Conselheiro Antonio Prado, importante político do Império e da República, embora parte da família tenha permanecido junto à matriarca D. Veridiana Prado da Silva Prado, com seu famoso palacete, ainda bem conservado, situado na confluência das atuais rua Dona Veridiana e avenida Higienópolis.

No outro grupo destacou-se a família dos Souza Queiróz, ligados culturalmente a Alemanha e integrado pelas famílias Vergueiro, Souza Aranha, Paes de Barros, Aguiar de Barros, Brotero, Pompeu de Camargo, Albuquerque Lins, Novaes, etc. Concentravam-se, de preferência, na rua São Luís, mas houve palacetes pertencentes a essas famílias nos Campos Elíseos, no Largo do Arouche, em Santa Cecília e nas avenidas Angélica e Brigadeiro Luís Antônio. Evidentemente, houve outras famílias importantes tais como os Silva Telles, Queiroz Telles, Cerqueira César, Rodrigues Alves, Moraes, Ribeiro de Barros, etc, mas estes dois grupos de famílias foram os mais coesos e se destacaram no conjunto⁸¹.

É justamente no nome de uma das famílias do primeiro grupo que iremos nos deter. Foi a família Novaes, proprietária da casa que agora vira CRE Mário Covas. Segundo Certidão de Origem expedida pelo 2º Cartório de Registro de Imóveis da capital esta casa pertenceu a Francisco Novaes e a sua mulher Antonia de Souza Queiróz Novaes até março de 1924, quando foi comprada por Francisco Martins Bonilha. Não foi possível, até o momento, obter a data precisa em que o imóvel foi construído, situando-se tal construção provavelmente entre os últimos anos da década final do século XIX e a primeira década do século XX. Este imóvel esteve de agosto de 1865 até dezembro de 1912 sob na área do 1º Cartório de Registro de Imóveis da capital, aguardamos o retorno de solicitações já feitas a este sobre a origem da casa.

Este imóvel hoje situado no número 1.260 da avenida Rio Branco, já foi número 342 da então Barão do Rio Branco, número 52 e também 48; o registro mais antigo que observamos na documentação de ruas do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo consta como alameda dos Bambus, nº 48. Na citada Certidão de Origem, a casa é descrita da seguinte forma: prédio assobradado construído para dentro do alinhamento isolado, com gradil e dois portões de ferro, sendo um para entrada de automóvel com 5 janelas de frente e entrada com escadaria de mármore ao lado, com grande terraço ladrilhado e uma entrada ao lado do terraço ladrilhado, e uma entrada ao lado do terraço em baixo, com alpendre. A casa foi edificada no centro de seu terreno, com jardim de frente e aos lados, medindo o terreno 30 metros de frente

⁸¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 250

por 54 metros de um lado e 51 metros de outro, terminando nos fundos com a largura de 11 metros.

O livro de imóveis tombados ou em processo de tombamento da cidade de São Paulo, do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), na sua página 224, descreve o imóvel, que se encontra atualmente em processo de tombamento pelo Condephat, desta maneira: excelente exemplar de residência do final do século XIX, pertencente à nova corrente baseada na técnica construtiva ligada à alvenaria de tijolos, onde, ao contrário da taipa, há evidente predomínio dos vazios sobre os cheios, fato que dá maior leveza à fachada eclética.

O Memorial de Restauro das fachadas deste imóvel, realizado pela firma Arquiteto Paulo Bastos e Associados S/C Ltda e o Relatório Resumido de Prospecções, feito por Júlio Moraes Conservação e Restauração SCL em junho de 2000, nos fornece alguns dados sobre a casa e seu estado de conservação até recentemente. Segundo estes, o edifício, erigido para residência unifamiliar, sofreu ao longo do tempo diversas alterações físicas internas em função das modificações de uso.

Externamente, na extremidade do corpo principal original, foi agregado um novo volume, em época recente, que, preenchendo espaço existente, completou a forma predominantemente retangular da projeção do prédio. No recuo entre ele e a divisa lateral ergueu-se, também, um corpo de escada coberta. Possivelmente na mesma época, foi construída nova edícula ao longo da divisa dos fundos, ao lado da edícula original, ligada por passarela ao corpo principal do conjunto, interrompendo parcialmente a envasadura de antiga janela. Anexas à edícula original, também foram construídas, no recuo entre ela e a divisa lateral, outras obras.

As fachadas sofreram suas maiores intervenções com a substituição dos caixilhos do térreo e parte do superior, por quadros compostos de pequenos basculantes de ferro, de desenho incompatível com as janelas originais de folhas de madeira e vidro gravado, ainda remanescentes no pavimento superior, ou os vitrais também existentes neste pavimento. A edícula original mantém preservadas suas janelas altas, tendo havido intervenção no térreo, abrindo-se todo o vão com a introdução de viga corrida de aço. Houve também uma reforma no telhado, com a introdução de cinta de concreto armado ao longo do topo das paredes do perímetro da casa. O toldo metálico que cobria o início da escada lateral também foi semidestruído, restando ainda partes na fachada e pedaços de cobertura depositados junto à divisa lateral.

A planta do pavimento superior também foi amplamente modificada, em pelo menos duas intervenções de grande porte. A primeira delas foi ainda com o teto original ou pelo menos na altura original, e a segunda, certamente, certamente a mais radical, datando da mesma ocasião em que se reformou o telhado e rebaixou o teto. As paredes acrescentadas em cada uma destas ocasiões possuem a altura adequada ao teto respectivo, caracterizando bem a sua datação. As alterações de planta se estenderam à

construção de paredes novas, às vezes significando na prática um deslocamento de parede anteriormente existente. De forma geral, a modificação da planta criou um corredor central e obstruiu portas entre os quartos, modificando o sistema de circulação da casa.

As cores originais das fachadas eram duas, sendo uma mais escura da parede de fundo e uma mais clara nos ornamentos de volume, formando um contraste bastante tradicional para a época; por aproximação chegou-se a cor ocre, que foi usada na pintura da casa para o CRE. Dos 16 cômodos da casa, 8 possuíam pintura ornamental de algum tipo, 2 possuíam papel de parede, 2 possuíam pintura simples e em outros 4 nada se encontrou que comprovasse ou eliminasse qualquer possibilidade. Apesar de as pinturas decorativas serem de excelente qualidade, seu estado de conservação era péssimo. Havia indícios de que toda a área nobre original da casa tivesse tetos de estuque. Pelos menos duas salas originalmente possuíam molduras de gesso ao redor de janelas e portas, sendo possível que outras também as possuíssem, todavia faltam evidências; por outro lado havia indícios de que parte ou eventualmente todos os elementos de gesso não fossem originais⁸².

Por informações recebidas do Departamento do Patrimônio do Estado de São Paulo, este imóvel foi comprado pela Fazenda do Estado de São Paulo da viúva de Francisco Bonilha, Maria Ilydia Alves Bonilha, em 2 de junho de 1941. Depois de comprada lá funcionou a Secretaria do Bem Estar Social do Governo do Estado de São Paulo. Em 1968 passou para a Secretaria da Educação, permanecendo sob o âmbito desta Secretaria até os dias de hoje. De 1968 em diante abrigou, na sequência, o Conselho Estadual de Educação, uma Delegacia Regional de Ensino (DRECAP 2) e uma creche.

* * *

O palacete do Eclétismo constituiu manifestação do processo civilizador, sendo o espaço independente do estilo de arquitetura. Esse tipo de residência definiu-se com a República e com a instituição da higiene pública. Foi construído numa cidade que se “civilizava”, servida por redes de água e esgoto, transporte coletivo, iluminação a gás e elétrica, situada nas terras mais altas, a salvo das enchentes, etc. Nasceu nos caminhos da Estação da Luz para multiplicar-se no âmbito de um trajeto que ia do centro e do Vale do Anhangabaú, atravessava o Viaduto do Chá rumo a oeste, em busca das novas avenidas arborizadas⁸³. Surgiram nos *boulevards*, largos, longos e arborizados, dispendo de passeios e pistas para cavaleiros e para os transportes coletivos. Preparados para receber as camadas urbanas mais abastadas, aqueles novos loteamentos eram servidos por bondes a tração animal e contavam com rede de água, esgotos e luz. Assim nasceram Higienópolis e a avenida Paulista, bairros mais ricos e homogêneos. Em bairros

⁸² ARQUITETO PAULO BASTOS E ASSOCIADOS S/C LTDA. Memorial de Restauro das fachadas do edifício à avenida Rio Branco n. 1.260. s.e. São Paulo, 2000.

⁸³ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 247

como os Campos Elíseos, a Liberdade e Santa Cecília, entre outros, a oferta de terrenos amplos e a possibilidade de se construir *villas* ou palacetes com jardins fronteiros não excluía os lotes pequenos, estreitos e alongados.

Nos Campos Elíseos, a grande diversidade quanto às dimensões fronteiras dos seus lotes, que variavam de 115 metros até 4,40 metros, dá uma ideia da heterogeneidade da ocupação, embora as grandes mansões o tenham caracterizado como bairro da “aristocracia” do café⁸⁴. Os projetos dos palacetes revelaram o ideário da nova burguesia do café, atendida por uma arquitetura que propunha a individualização da casa e a conciliação dos estilos, espelhando o êxito socioeconômico do proprietário. Foram consagrados a casa em meio a jardins, a distribuição a partir do *hall* e um espaço para cada função a fim de se evitar a superposição. Observaram-se a ordem, uma decoração profusa, baseada no excesso de móveis, tecidos e objetos, e toda uma criadagem que vivia em espaços separados em relação aos dos patrões ou nas edículas, cujo acesso era feito pelo portão dos fundos⁸⁵.

O palacete foi a forma encontrada pela nova elite do país para distanciar-se e diferenciar-se definitivamente da velha sociedade imperial, montada em um sistema social baseado na mão-de-obra escrava. O patrimônio cultural de uma província imperial interiorana, isolada, e de uma cidade de taipa, baseado no aproveitamento dos recursos do meio ambiente, foi literalmente posto abaixo, superado pelos palacetes que ostentavam orgulhosos as datas de sua construção ou ainda mais, as iniciais dos seus proprietários, os paulistas ricos da República.

⁸⁴ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 123

⁸⁵ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 247

5. Galeria: Palacetes mais significativos dos Campos Elíseos



Casa do CRE Mário Covas / foto de 1978



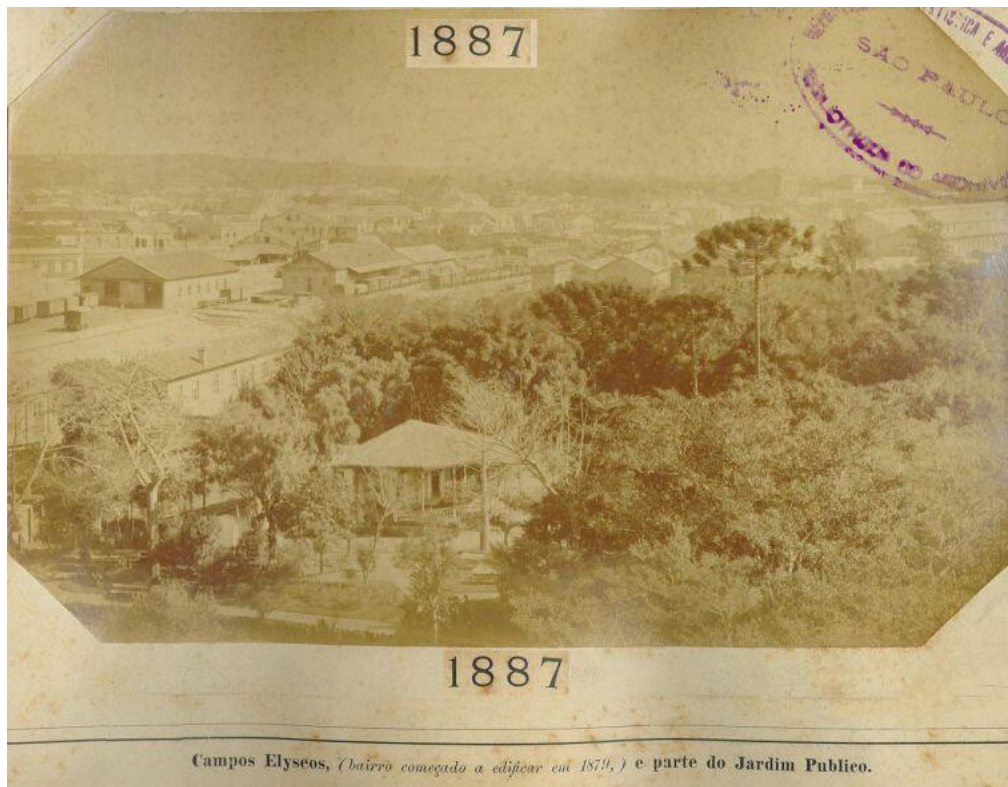
Chácara Charpe 1865 / Foto de Militão



Chácara Máua 1865 / autoria desconhecida



Panorama dos Campos Elíseos 1905 / foto de G. Gaensly



Campos Elíseos e parte do Jardim Público / foto de Militão



Palacete de José de Souza Queiroz, na rua Conselheiro Nébias, 133



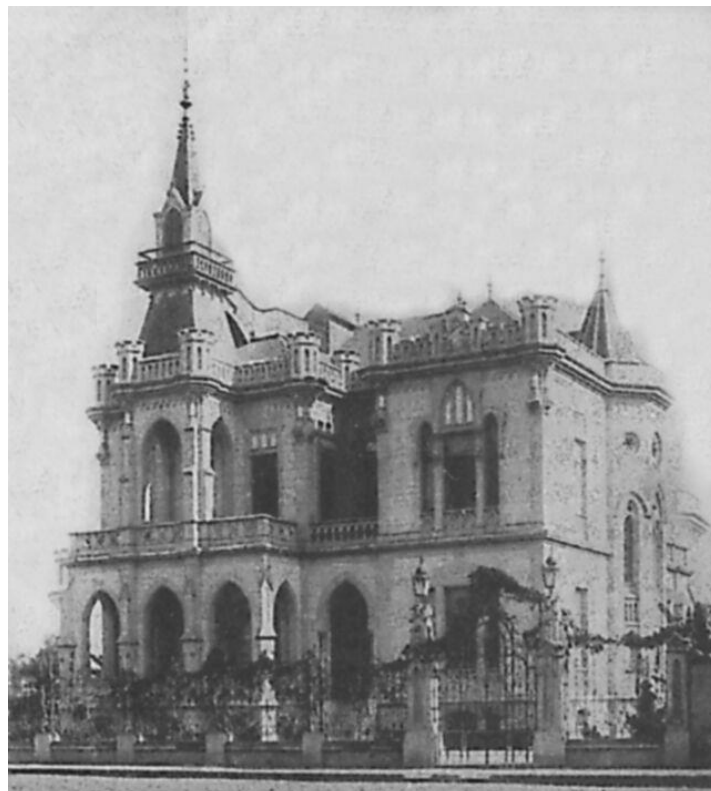
O palacete Elias Chaves, na avenida Rio Branco, em frente à casa do CRE



Residência de Maria de Magalhães Alves e Waldomiro Pinto Alves, de 1911, na rua Guaianases, esquina com a alameda Nothmann. Projeto de Carlos Ekman. O palacete paulistano, op.cit. Arquivo de Cecília Salles Pinto.



Avenida Paulista em direção à Consolação
Foto de G.Gaensly, de 1902, para a Light. O palacete paulistano, op.cit.



Residência de Lacerda Soares e de Maria de Souza Queiroz, projeto de Ramos Azevedo
Anais do Museu Paulista, op.cit., Acervo Condephaat



Residência de Alexandre Siciliano, na avenida Paulista, nº 126, na esquina com a alameda Joaquim Eugênio de Lima. O palacete paulistano, op.cit.
Arquivo da família Siciliano

6. Bibliografia

- Bens Culturais Arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo.* São Paulo, (SNM) Secretaria dos Negócios Metropolitanos, (SEMPA) Secretaria Municipal de Planejamento, (EMPLASA) Empresa Metropolitana de Planejamento, 1984.
- ARQUITETO PAULO BASTOS E ASSOCIADOS S/C LTDA. *Memorial de Restauro das fachadas do edifício à av. Rio Branco, no 1.260.* São Paulo, FDE, 2000.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Bem Morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus* in ANAIS DO MUSEU PAULISTA, v. 4. São Paulo, Museu Paulista, 1996.
- COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lillia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas.* São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915.* São Paulo, EDUC, FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.
- EMPLASA. *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940.* São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, IMESP, 2001.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918.* São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. *Bairro dos Campos Elíseos.* São Paulo, Instituto Cultural Itaú, 1995.
- LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista: histórias das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café.* São Paulo, EDUSP, 1999.
- LEMOS, Carlos A. C. *Ecletismo em São Paulo* in FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira.* São Paulo, Nobel, EDUSP, 1987.
- LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor).* São Paulo, Editora Hucitec, 1999.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras* in SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama Revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo, Petrópolis, 2000.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo, Duas Cidades, 1983.